

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Danielle da Silva Menez

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS DO RIO GRANDE  
DO SUL DE 1995 A 2011**

Porto Alegre

2012

Danielle da Silva Menez

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS DO RIO GRANDE  
DO SUL DE 1995 A 2011**

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva

Porto Alegre  
2012

Danielle da Silva Menez

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS DO RIO GRANDE  
DO SUL DE 1995 A 2011**

Trabalho de Conclusão apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Gestão Pública.

Aprovado em Maio de 2012.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Professor Orientador: Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva

---

Professor:

---

Professor:

*À minha família, pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por guiar meus caminhos.

Aos meus pais e demais familiares, pelo carinho, compreensão e torcida em todos os momentos da minha vida, em especial a minha avó Conceição, por todo o apoio, cuidados e confiança em mim depositados.

Ao meu marido Tiago pelo carinho, pelos cuidados e por todos os momentos compartilhados.

Aos amigos, pelo companheirismo, compreensão e apoio de sempre, em especial à Michele e ao Lenon, pelo “empurrãozinho” inicial e à Iracema, pelo incentivo à realização do curso.

Aos colegas da Caixa Econômica Federal, pela amizade e apoio neste momento, especialmente a Sílvia, Ana Júlia, Kelli, Luciana, Andréia, Marília, Edilson e seu cafundó e demais colegas.

À professora Rosimeri, pelas orientações, paciência e dedicação durante a realização deste trabalho.

Muito obrigada a todos!

## RESUMO

O debate sobre cultura e políticas públicas culturais tem se aprofundado nos últimos tempos no Brasil. O presente trabalho, intitulado Análise das Políticas Públicas Culturais do Rio Grande do Sul de 1995 a 2011, tem como objetivo analisar as políticas culturais do Estado gaúcho nos últimos 16 anos, identificando as características das propostas, com base na literatura estudada. Para fundamentar este trabalho foi realizada uma revisão dos conceitos relacionados à política pública cultural. A análise foi realizada com base nas informações contidas nos planos de governo de 1995 a 2011, compreendendo os governos Britto, Olívio, Yeda, Rigotto e Tarso. A partir dos dados obtidos foi traçado um panorama comparativo das políticas culturais dos diferentes governos. Com base nesses resultados será possível avaliar se as propostas para a cultura apresentam continuidade administrativa e se, atualmente, estão de acordo com o previsto para o campo da cultura pelo governo federal.

**Palavras-chave:** Cultura. Políticas Públicas Culturais. Planos de Governo. Continuidade Administrativa.

## RESUMEN

El debate sobre las políticas culturales y cultural se han profundizado en los últimos años en Brasil. Este trabajo, titulado Análisis de la Cultura de la Política Pública de Rio Grande do Sul desde 1995 hasta 2011, tiene como objetivo analizar la política cultural de la Grande del estado de Río do Sul en los últimos 16 años, la identificación de las características de las propuestas, basadas en la literatura estudiada. En apoyo de esta labor se llevó a cabo una revisión de los conceptos relacionados con la cultura política pública. El análisis se basó en la información contenida en los planes de gobierno de 1995 a 2011, que comprende los gobiernos Britto, Olivio, Yeda, Rigotto y Tarso. De los datos obtenidos se trazó un panorama comparativo de las políticas culturales de los diferentes gobiernos. Basándose en estos resultados será posible evaluar si las propuestas para proporcionar continuidad administrativa y la cultura en la actualidad están de acuerdo con la prevista para el campo de la cultura por el gobierno federal.

**Palabras clave:** Cultura. Las políticas culturales públicas. Los planes del gobierno. La continuidad administrativa.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Dimensões das Políticas Culturais.....	39
<b>Tabela 2:</b> Perspectivas Ideológicas.....	40
<b>Tabela 3:</b> Legitimação.....	42
<b>Tabela 4:</b> Circuitos de Intervenção.....	43
<b>Tabela 5:</b> Objeto.....	44

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1. OBJETIVOS.....	9
1.1.1. <i>Objetivo geral</i> .....	9
1.1.2. <i>Objetivos específicos</i> .....	10
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>11</b>
2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS.....	11
2.1.1. <i>Descontinuidade das políticas públicas</i> .....	13
2.1.2. <i>Principais características das políticas públicas culturais</i> .....	13
2.1.3. <i>O papel do Estado na formulação das políticas culturais</i> .....	19
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA.....</b>	<b>24</b>
3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	24
3.2. COLETA DE DADOS .....	25
3.3. PLANO DE AMOSTRAGEM.....	25
3.4. PLANO DE ANÁLISE DE DADOS .....	26
<b>4. ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNO - 1995 A 2011 .....</b>	<b>28</b>
4.1. ANTÔNIO BRITTO: MOVIMENTO RIO GRANDE UNIDO E FORTE – 1995 A 1998	28
4.2. OLÍVIO DUTRA: GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR – 1999 A 2002 .....	30
4.3. GERMANO RIGOTTO: UNIÃO PELO RIO GRANDE – 2003 A 2006 .....	33
4.4. YEDA CRUSIUS: RIO GRANDE AFIRMATIVO – 2007 A 2010 .....	34
4.5. TARSO GENRO: UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE – 2011 A 2014 .....	36
<b>5. ANÁLISE COMPARATIVA DOS PLANOS DE GOVERNO .....</b>	<b>39</b>
5.1. CLASSIFICAÇÃO QUANTO ÀS DIMENSÕES DA CULTURA.....	39
5.2. CLASSIFICAÇÃO QUANTO ÀS PERSPECTIVAS IDEOLÓGICAS.....	40
5.3. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À LEGITIMAÇÃO .....	41
5.4. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS CIRCUITOS DE INTERVENÇÃO .....	43
5.5. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO OBJETO.....	44
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>48</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Nunca o assunto cultura esteve tão em pauta como atualmente. Há dez anos eram poucos os municípios e estados que possuíam sua Secretaria de Cultura. No estado gaúcho, por exemplo, as Secretarias de Cultura Estadual e Municipal de Porto Alegre foram criadas no final da década de 80. Além disso, a literatura sobre o tema ainda é escassa e pouco divulgada. Em contrapartida está sendo formado no país mecanismos em termos de política cultural que contribuirão significativamente no debate sobre o tema nos próximos anos.

Esse desenvolvimento passará pela ampliação e implantação das políticas públicas culturais. A política cultural se reveste de grande importância social e, conforme Coelho (2004) pode ser entendida como um conjunto de ações realizadas por agentes públicos, privados ou grupos comunitários, visando satisfazer as necessidades culturais da população, através da produção, distribuição e o uso da cultura.

No entanto, o campo da cultura é bastante propenso à descontinuidade administrativa, uma vez que a cada processo eleitoral são aplicadas muitas reformulações nos planos de governo, o que acaba por interromper os projetos em andamento, limitando-os a ficar apenas no discurso. A continuidade administrativa dessas políticas é fundamental para o sucesso desse processo que começa, pois assim como a educação, a cultura tem um tempo de maturação mais longo. A continuidade das ações públicas voltadas para a cultura deve ser pensada com seriedade pelos gestores públicos, tendo em vista que a tendência dos governantes é “começar de novo” e, em função disso, perde-se no caminho grande número de projetos culturais, dificultando o planejamento e a realização de investimentos.

Diante dessa perspectiva, entra em cena no final de 2010 o PNC (Plano Nacional de Cultura) composto de um conjunto de diretrizes, estratégias e ações que nortearão as políticas culturais pelo prazo de 10 anos e, que visa prioritariamente, dar continuidade administrativa às políticas públicas de médio e longo prazos, criando uma política pública cultural consolidada e comprometida com os interesses da sociedade e não apenas uma política de governo.

O presente trabalho é fruto do interesse pelas questões práticas da cultura, especialmente no que diz respeito às políticas culturais formuladas pela gestão pública e, visando discorrer sobre esse assunto, o tema da pesquisa consiste na análise das políticas públicas de cultura no Rio Grande do Sul. O período investigado delimita-se nos marcos de 1995 a 2011, compreendendo os governos de Antonio Brito, Olívio Dutra, Germano Rigotto, Yeda Crusius e Tarso Genro. O recorte temporal apresentado justifica-se, uma vez que o trabalho pretende relacionar as políticas de cultura em um processo de longo prazo. Sendo que, em um período de mais de 15 anos de planos de governo é possível perceber, além das características das propostas, alguns processos de construção das políticas destinadas à cultura, bem como a tendência de continuidade ou descontinuidade administrativa entre as trocas de governo.

A motivação para a realização deste trabalho está na carência de estudos sobre políticas públicas de cultura no Brasil e na pouca importância dada ao setor, tendo em vista a relevância das áreas prioritárias como saúde, educação, infraestrutura e segurança pública a cultura tende a ficar relegada a um segundo plano nas políticas de governo. Cabe salientar a necessidade dessa análise uma vez que a cultura, no seu sentido mais restrito representa tudo o que um povo é capaz de produzir, assumindo, assim, uma posição fundamental na sociedade e um instrumento de poder para os gestores públicos.

Dessa forma, busca-se nesse trabalho responder a seguinte questão: quais as características das políticas públicas de governo para a cultura no Rio Grande do Sul no período de 1995 – 2011?

## 1.1. OBJETIVOS

### 1.1.1. Objetivo geral

Considerando o problema acima se constitui como objetivo geral dessa pesquisa: identificar e analisar as características das políticas públicas para a cultura no Rio Grande do Sul no período de 1995-2011.

### **1.1.2. Objetivos específicos**

- Analisar e comparar as políticas públicas para cultura, através da análise dos planos de governo do período compreendido entre 1995 - 2011.
- Identificar as principais características das políticas públicas culturais pretendidas para o estado do Rio Grande do Sul.
- Verificar se houve continuidade administrativa entre os planos de governo analisados.
- Refletir sobre as possibilidades para a cultura nos próximos anos, tendo em vista o histórico dos planos de governo e as políticas culturais em andamento.
- Analisar se as atuais políticas para a cultura no Rio Grande do Sul estão de acordo com os planos do governo federal para a área.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta uma abordagem teórica sobre políticas públicas culturais, enfatizando os conceitos de políticas públicas, de cultura e as principais características das políticas públicas culturais.

### 2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS

Não se pode falar de política pública sem falar na relação Estado e sociedade. O Estado, estrutura política e organizacional, se sobrepõe à sociedade ao mesmo tempo em que faz parte dela (BRESSER-PEREIRA, 1995). Sendo assim, a relação com a sociedade é o que conduz as ações do Estado no sentido de construir consensos e controlar conflitos de interesses. Segundo Schmitter (1984) esses conflitos são administrados pacificamente através da política. A relação entre Estado e Sociedade se dá através da consecução de um sistema de decisões “que se traduz em ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a modificar ou manter a realidade de um ou vários setores da vida social, através da determinação de fins últimos, objetivos e estratégias de atuação”, ao que se denomina política pública (SARAVIA, 2001, p. 66).

Para um melhor entendimento do conceito de política pública os autores costumam utilizar dois termos em inglês: *politics* e *policy*. O termo *politics* faz referência às atividades políticas, e segundo Frey (1997) geralmente possui caráter conflituoso no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição. Já o termo *policy* está ligado ao desenvolvimento das políticas públicas que, de acordo com Rua (2009), abrange a formulação da proposta, a tomada de decisão e a implantação da política pelas organizações públicas. Cabe salientar que esses conceitos são entrelaçados e se influenciam mutuamente, isto é, as políticas públicas são resultantes das atividades políticas.

Tendo em vista a complexidade e o caráter dinâmico do sistema em que ocorrem as políticas públicas, a divisão das ações públicas em etapas sequenciais favorece a compreensão do processo e contribui para o aperfeiçoamento das políticas implantadas. A essa subdivisão dá-se o nome de *policy cycle*, ou ciclo de políticas. Conforme Rua (2009) o ciclo de políticas públicas é dividido nas seguintes fases:

- Formação de agenda: essa fase compreende o reconhecimento de uma situação como um problema político, através de análise de relevância do tema e relação custo benefício das opções disponíveis para ação. A partir disso o tema passa a integrar (ou não) a pauta do governo.
- Formação de alternativas e tomada de decisão: fase posterior a formação de agenda, compreende a apresentação de propostas e a escolha das melhores alternativas entre as apresentadas.
- Implantação: fase em que as ações e decisões são colocadas em prática, visando atingir os objetivos estabelecidos.
- Avaliação e monitoramento: o monitoramento é um exame contínuo das ações praticadas, atuando como um instrumento de gestão, buscando corrigir eventuais falhas durante o processo visando a obtenção dos objetivos propostos. A etapa de avaliação compreende a apreciação dos programas já implantados no que diz respeito aos impactos efetivos ocasionados pela prática da política pública. Essa fase contribui para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das ações públicas.

Sendo assim, as políticas públicas devem ser elaboradas com base em preceitos que garantam resposta efetiva às necessidades dos atores sociais, considerando a continuidade e a permanência dos processos, sustentados em seu monitoramento e avaliação. Além disso, a política pública deve ser capaz de se adaptar às mudanças, ser coerente com as demais políticas governamentais e se voltar aos interesses que a originaram.

As políticas públicas são consolidadas e apresentadas aos eleitores através dos Planos de Governo. O Plano de Governo representa, portanto, as estratégias, objetivos, programas e orientação política dos candidatos e visa apresentar o “que”, o “quando” e o “como” as ações de governo serão tratadas.

### **2.1.1. Descontinuidade das políticas públicas**

As políticas públicas no Brasil sofrem com a descontinuidade administrativa, ou seja, a cada mudança de gestão os projetos e programas da gestão anterior são interrompidos ou substituídos por outras estratégias, sendo o viés político-partidário a principal causa desse mal.

A prática é mudar o rumo. Os novos dirigentes acabam abandonando os projetos iniciados para atender as àqueles que os ajudaram nas eleições, além da necessidade de imprimir a sua marca nas ações e não permitir que o antecessor leve o mérito do programa em andamento. Segundo Nogueira (2006) tem-se como conseqüência dessa prática: o desperdício de verbas públicas, o desestímulo das equipes envolvidas e tensão entre os atores do processo devido à desvalorização da qualificação técnica.

Porém, em alguns casos essa prática é vista como algo necessário, mas como exceção e não como regra. Para Estevam (2010) as políticas públicas podem ser interrompidas para atender novas demandas de governo. Por exemplo, no caso de uma crise ou catástrofe justifica-se a interrupção de projetos em andamento, tendo em vista a necessidade imediata de ação.

Portanto, o governante deve ter o bom senso como balizador da decisão entre abandonar uma política pública já iniciada, modificá-la, adiar sua conclusão ou segui-la conforme o previsto, tendo em vista que o dinheiro público está em jogo e as necessidades da sociedade devem ser priorizadas.

### **2.1.2. Principais características das políticas públicas culturais**

Para falar em políticas públicas culturais é necessário, primeiramente, entender o conceito de cultura, o qual é bastante abrangente e dinâmico. A origem da palavra vem do latim – *colere* – e significa cultivo. Num sentido mais restrito denota a idéia de cultivo da mente, já na sua concepção mais ampla “remete à idéia

de uma forma que caracteriza o modo de vida de uma comunidade em seu espaço global, totalizante” (COELHO, 2004 p. 103). Em outras palavras, cultura significa parte do ambiente produzida pelos homens e utilizada no processo de adaptação e transformação da sociedade. Representa, portanto, um bem subjetivo, de valor intangível.

Nesse sentido, de acordo com a Constituição Federal (CF/88), a palavra “cultura” é utilizada ora como modo de vida da sociedade brasileira, ora como o campo das atividades intelectuais e artísticas. Para melhor compreender essas distinções Botelho (2001) define cultura com base em duas dimensões: antropológica e sociológica.

Na concepção antropológica cultura é tudo o que o ser humano produz, desde suas relações sociais até seus valores e rotinas:

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. [...] Dito de outra forma, a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando (BOTELHO, 2001, p.74).

Geralmente, as políticas culturais, principalmente de âmbito estadual e federal, não conseguem atingir essa dimensão, ficando apenas no plano retórico. Sendo necessária a intervenção da sociedade civil através de associações de diversos tipos para que suas demandas, em torno de objetivos comuns, ganhem visibilidade. Nesse processo é importante que os envolvidos delimitem seu universo de atuação, procurando não tomar para si o que pertence a outras áreas e, ao mesmo tempo, atuando globalmente como articulador de programas conjuntos do governo.

Já na dimensão sociológica é mais fácil planejar e buscar resultados previsíveis, uma vez que se constitui de demandas profissionais, econômicas, institucionais e políticas. Isto é, atua num âmbito mais profissionalizado e especializado. Para existir depende do talento dos indivíduos e da expressão desses talentos através de canais próprios:

Por sua vez, a dimensão sociológica não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar

algun tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem ao indivíduo condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los (BOTELHO, 2001, p.74).

Cabe salientar a importância dessa distinção entre as dimensões do conceito de cultura, tendo em vista que exigem estratégias políticas diferentes. Na dimensão antropológica, por exemplo, o conceito de cultura é muito abrangente, ampliando, assim, o universo das políticas públicas culturais. Já a dimensão sociológica busca resultados mais previsíveis, sendo, portanto mais “visível e palpável”. Isso não significa que não tenham a mesma importância, representa apenas que necessitam de atuações diferentes:

A distinção entre as duas dimensões é fundamental, pois tem determinado o tipo de investimento governamental em diversos países, alguns trabalhando com um conceito abrangente de cultura e outros delimitando o universo específico das artes como objeto de sua atuação. (BOTELHO, 2001 p. 74)

Essas estratégias são praticadas através das políticas públicas culturais. Política cultural pode ser definida como um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas, grupos comunitários e demais instituições, “com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas” (COELHO, 2004 p. 293). Porém, atualmente, as políticas públicas culturais estão ancoradas em Leis de Incentivos Fiscais, o que Botelho (2001 p. 77) considera como uma inversão dos papéis:

[...] Hoje, o financiamento a projetos assumiu o primeiro plano do debate, empanando a discussão sobre as políticas culturais. Render-se a isso significa aceitar uma inversão no mínimo empobrecedora: o financiamento da cultura não pode ser analisado independentemente das políticas culturais. São elas que devem determinar as formas mais adequadas para serem atingidos os objetivos almejados, ou seja, o financiamento é determinado pela política e não o contrário. Mesmo quando se transferem responsabilidades para o setor privado, isso não exclui o papel regulador do estado, uma vez que se está tratando de renúncia fiscal e, portanto, de recursos públicos.

As políticas culturais podem ser classificadas de diversas formas. Nesse trabalho serão abordadas as classificações quanto à legitimação, ao objeto, aos circuitos de intervenção e quanto às suas ideologias.

Coelho (2004) define quatro paradigmas de **legitimação** das políticas públicas:

- Lógica do bem-estar social: prevê a cultura como complementação do ser humano e a prática de uma política cultural adequada é fundamental para que a dinâmica social flua adequadamente.
- Sentido orientador da dinâmica social: de caráter mais intervencionista, procura, através da política cultural, um sentido para a dinâmica social, como a busca de uma identidade, seja ela étnica, sexual, religiosa, entre outras.
- Enquadramento ideológico: muito semelhante ao paradigma anterior, busca o enquadramento ideológico da política pública cultural para atingir objetivos como a reconstrução do Estado sob uma nova ótica.
- Prática comunicacional: baseia-se na necessidade de comunicação entre os formuladores da política cultural e os cidadãos.

Ainda segundo Coelho (2004) as políticas culturais podem ser classificadas quanto a seu **objeto**, ou seja, instrumentos para os quais são voltadas. O objeto chamado patrimonialista está voltado para a preservação, o incentivo e a difusão das tradições culturais - patrimônio histórico ou artístico - e costumam possuir um caráter erudito, isto é, não popular, tradicionais. Outro instrumento de política pública pode ser chamado de criacionista, pois “promove a produção, a distribuição e o uso ou consumo de novos valores e obras culturais” (COELHO, 2004 p. 296). Tendem a privilegiar culturas médias, como o cinema, e superiores, como museus.

Coelho (2004) classifica os **circuitos de intervenção** em:

- Políticas relativas ao mercado cultural: essas políticas costumam voltar-se para o cinema, o teatro, espetáculos musicais, entre outros. Influenciam na produção, distribuição e uso da cultura. As Leis de Incentivo Fiscal podem ser consideradas uma espécie dessa política.

Políticas relativas à atuação da iniciativa privada no campo da cultura são, por vezes, consideradas como modalidade à parte por limitarem-se a definir

incentivos fiscais para a cultura, regras de mecenato, (...) sem determinar diretamente quais modos culturais serão beneficiados e em que circunstâncias. Na realidade, por se inspirarem na lógica do mercado devem ser consideradas como espécie das políticas de mercado em geral (COELHO, 2004 p. 297)

- Políticas relativas à cultura alheia ao mercado cultural: se enquadram nessa política os grupos folclóricos, de amadores, programas para conservação do patrimônio histórico, cultura popular. São modos culturais não fomentados pelo interesse econômico e pelo mercado cultural.
- Políticas relativas aos usos da cultura: centros culturais são os principais focos desse modo de política. A idéia é promover locais de aprendizagem e de prática cultural, onde as pessoas possam usufruir tanto como receptoras de informação, quanto como produtoras de cultura. “Seus programas podem estar voltados tanto para os modos culturais que recorrem ao circuito de mercado quanto para os não comerciais” (COELHO, 2004 p. 298).
- Políticas relativas às instâncias institucionais de organização dos circuitos culturais: forma a estrutura administrativa da cultura, atuando no funcionamento dos órgãos envolvidos, no controle de recursos materiais e humanos, e demais atribuições administrativas, tornando-se imprescindíveis quando o Estado está envolvido em outras prioridades sociais.

Princípios tradicionalmente estabelecidos com o propósito de permitir o controle dos recursos públicos são de todo irrelevantes ao campo da cultura e, quando aplicados, tornam simplesmente impossível a administração da cultura, que exige uma outra concepção da estrutura administrativa (COELHO, 2004 p. 298).

Esses objetos de política cultural podem surgir isoladamente ou em conjunto, lembrando que quanto maior a quantidade de objetos numa política pública cultural mais completa ela se torna.

Quanto à **ideologia**, as políticas públicas podem ser definidas em três categorias: dirigismo cultural, liberalismo cultural e democratização cultural.

De acordo com Oliveira e Silva (2007), a política motivada pelo dirigismo cultural tende a ser patrimonialista e nacionalista, tendo em vista que o Estado

assume a função de produtor cultural (“cultura oficial”), visando o desenvolvimento ou segurança nacional, tirando da sociedade esse papel.

(...) postas em prática principalmente por Estados fortes e partidos políticos que exercem o poder de modo incontestado, promovem uma ação cultural em moldes previamente definidos como de interesse do desenvolvimento ou da segurança nacionais (COELHO, 2004 p. 299).

Esse comportamento pode ser subdividido em tradicionalista patrimonialista que visa promover a “preservação do folclore como núcleo da identidade nacional” num espaço livre de conflito; e estatismo populista que visa “afirmar o papel central da cultura dita popular na definição e manutenção de um Estado de tipo nacional-popular” (COELHO, 2004 p. 299).

A prática do liberalismo cultural tem no mecenato seu principal instrumento, enquadrando a cultura nas leis do mercado. O incentivo a cultura, nesse caso, se dá através da “iniciativa privada ou de fundações privadas ou semiprivadas das quais o poder público pouco participa” (COELHO, 2004 p. 299). Como afirma Oliveira e Silva (2007) o Estado isenta-se do processo em prol do mercado. A cultura deve ser auto-sustentável e muitas vezes objeto de divulgação da marca dos patrocinadores.

Em geral, este mecenato tende a apoiar as formas da alta cultura e aquelas veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Não tem preocupações nacionalistas (pelo contrário, seus princípios são, em geral, os da globalização) e apóia, também em princípio, não grupos comunitários, mas indivíduos e empresas culturais (COELHO, 2004 p. 299).

Como contraponto das duas categorias mencionadas tem-se as políticas de democratização cultural. Essa ideologia baseia-se no argumento de que cultura é “uma força social de interesse coletivo” e que não deve depender da disposição do mercado e nem de “modelos previamente determinados, como os do nacionalismo”. Dessa forma, busca o acesso igualitário à cultura, tendo como princípio que a cultura é para todos. O Estado e as instituições públicas agem como parceiros atuando como agentes das iniciativas culturais (COELHO, 2004 p. 299).

Essa prática ideológica pode expandir-se para a democracia participativa, “cujo objetivo é a promoção das formas culturais de todos os grupos sociais, segundo as necessidades e desejos de cada um” (COELHO, 2004 p. 300). Dessa

forma, um grande número de pessoas tem acesso às manifestações culturais e participam mais efetivamente da construção da cultura local. Nesse caso não se trata de definir uma política cultural para a sociedade, trata-se de ter a sociedade participando ativamente das decisões das políticas públicas culturais.

[...] isso exige uma mudança de foco fundamental, ou seja, não se trata de colocar a cultura ao alcance de todos, mas de fazer com que todos os grupos possam viver sua própria cultura. A tomada de consciência desta realidade deve ser uma das bases da elaboração de políticas culturais, pois o público é o conjunto de públicos diferentes [...] e esta diversidade de públicos exige uma pluralidade cultural que ofereça aos indivíduos possibilidades de escolha (BOTELHO, 2001, p. 82).

Sendo assim, as políticas culturais elaboradas para uma determinada sociedade surgem dos interesses e idéias de quem as realizam e fazem parte delas. O entendimento dos processos, das demandas culturais, das necessidades dos artistas e, principalmente, do comportamento da sociedade local colabora significativamente para a elaboração de metas para a cultura de curto a longo prazo. Segundo Rubim (2006), esses elementos compõem objetos de análise essenciais à criação das políticas culturais:

A atenção com os instrumentos, meios e recursos acionados, sejam eles: humanos, legais, materiais (instalações, equipamentos, etc.) financeiros, etc. deve ser um dos momentos interpretativos privilegiados no estudo das políticas culturais (RUBIM, 2006, p. 12).

### **2.1.3. O papel do Estado na formulação das políticas culturais**

O papel do Estado deve ser bem definido no processo de incentivo à cultura. O Estado deve estar ativamente envolvido no incentivo à cultura, apoiando a produção daquelas ações que não foram privilegiadas pela lógica do mercado ou da indústria cultural, incentivando e atentando para a diversidade cultural existente, em que pese, as tendências neoliberais, voltadas para as leis do mercado, pregam o contrário.

Um breve relato histórico das políticas públicas culturais pode ser importante para o entendimento do contexto atual. Segundo Gameiro e Carvalho (2010), as transformações ocorridas no cenário das políticas culturais podem ser divididas em três momentos históricos:

- A ditadura do Estado Novo: vai desde o golpe de estado liderado por Getúlio Vargas até sua deposição em 1945. Momento caracterizado pelo investimento no “plano simbólico/ideológico com o objetivo de legitimar o projeto nacional do regime utilizando as políticas culturais direcionadas à preservação do patrimônio histórico e construção da identidade nacional” (GAMEIRO e CARVALHO, 2010 p. 2).
- A ditadura militar: período que vai desde 1945 a 1985. Momento marcado pela centralização da gestão cultural pelo governo e seu uso legitimando as ações do regime, atuando o estado no controle dos assuntos artísticos e culturais, reprimindo, de forma severa, as iniciativas contra o regime. Ocorre nesse período, mais precisamente no ano de 1975, a criação da primeira Política Nacional de Cultura.
- A redemocratização da sociedade brasileira: o terceiro momento das políticas culturais no país é marcado pela criação do Ministério da Cultura (MINC) em 1985 (como um desdobramento do Ministério da Educação e Cultura - MEC) e pela promulgação da Constituição de 1988. A partir desse momento histórico inicia-se um “período de abertura democrática e liberalismo econômico em que as manifestações culturais têm amplo espaço de participação” (GAMEIRO e CARVALHO, 2010 p. 2).

A Constituição Federal de 1988 dá novas perspectivas às noções de cultura e de patrimônio, incorporando a essência do “patrimônio cultural” e memória dos diversos grupos sociais. Essa nova reorientação enfatiza o direito de acesso à cultura, a diversidade cultural brasileira e o papel do Estado nesse processo, além disso, amplia a participação da sociedade civil e a capacidade de financiamento de estados e municípios. Porém, a partir da década de 1990, os gastos com atividades culturais sofreram drástica redução. Instituições como o Ministério da Cultura foram extintas e as políticas culturais se resumiram à criação e implantação de leis de incentivo, que visam transferir a responsabilidade do estado para a sociedade, por

meio de benefícios fiscais. A iniciativa privada se torna responsável até mesmo pela escolha dos projetos a serem financiados, “a promoção da cultura é feita aqui como suporte para a divulgação de produtos ou da imagem institucional dos patrocinadores” (COELHO, 2004 p. 299), agregando valores às suas marcas.

O fomento a projetos culturais pode ocorrer por pessoas físicas ou jurídicas, sendo o último caso o mais freqüente. O incentivo fiscal é realizado através dos seguintes impostos: Imposto de Renda, ICMS, ISSQN ou IPTU/ITU. No caso do Rio Grande do Sul, a isenção é feita pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

Sendo assim, quando se falava em políticas públicas culturais pensava-se apenas em ações voltadas a aprimorar as leis de incentivo, apesar de não ser a única alternativa possível para o fomento a cultura. Dessa forma, Batista (2010, p. 41) afirma que:

(...) por ter passado por diversos problemas sociais, políticos e econômicos durante o processo de afirmação do Estado democrático, talvez tenha sobrado pouco tempo para o Brasil pensar numa política cultural de interesse e participação da maioria, como vem fazendo atualmente com a definição de um novo Plano Nacional de Cultura.

Em que pese nessa época a cultura ser considerada como “um bom negócio” e as políticas culturais estarem escassas, a produção cultural não parou. Foi nessa época que surgiram os produtores culturais e os promotores de eventos, conforme Costa (2009).

A criação e a produção artística cultural sempre existiram, independentemente do investimento/incentivo direto do Estado ou de eficazes políticas públicas de cultura. As produções de arte no Brasil ora eram patrocinadas pelo próprio Estado, visando à criação e valorização de uma identidade nacional, ora por apreciadores de arte, pessoas abastadas da sociedade que financiavam e adquiriam obras artísticas, ora por movimentos independentes da classe artística, estudantil e até da Igreja ou ainda pela auto-sustentabilidade dessas produções dentro do mercado (BATISTA, 2010 p. 41)

Atualmente, com o desgaste dos modelos de política cultural baseados em leis de incentivo; a preocupação com uma política mais inclusiva, social e democrática; além das influências internacionais, os governantes vêm pensando em políticas mais afinadas ao conjunto da sociedade. Segundo Batista (2010), essa

reflexão sobre cultura, sociedade, financiamento cultural e marketing avançou muito no Brasil nesse novo milênio.

O governo Lula, foi um marco na história brasileira, abrindo discussões de políticas públicas para a cultura com a sociedade, trazendo demandas inéditas por meio de conferências, seminários e fóruns, além da reformulação do Plano Nacional de Cultura (PNC). O PNC é um instrumento previsto na Constituição Federal, com duração de 10 anos e tem por objetivo definir o papel do Estado na gestão pública da cultura; preservar o patrimônio cultural; formular e implantar as políticas públicas de médio e longo prazo, garantindo os direitos culturais à sociedade civil (MINC).

Aos governos e suas instituições cabem a formulação de políticas públicas, diretrizes e critérios, o planejamento, a implementação, o acompanhamento, a avaliação, o monitoramento e a fiscalização das ações, projetos e programas na área cultural, em diálogo com a sociedade civil. (LEI 12.343/2010 – ANEXO I).

A Lei 12.343/2010 que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) prevê, em seu anexo, a consolidação e implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). O SNC, criado por lei específica, tem como finalidade ser o principal articulador federativo do PNC, “estabelecendo mecanismos de regulação e indução do mercado e da economia da cultura, assim como a territorialização e a nacionalização das políticas culturais.”

De acordo com a Lei, as principais atribuições do Estado na gestão das políticas públicas culturais são:

- Formular as políticas públicas;
- Qualificar a gestão cultural através de alocação dos recursos públicos e complementação com recursos privados;
- Fomentar a cultura por meio de estímulo à produção e investimentos;
- Proteger e promover a diversidade cultural;
- Ampliar e permitir o acesso à cultura;
- Preservar o patrimônio cultural;
- Ampliar a comunicação e possibilitar a troca entre os agentes culturais, criando espaços e condições para a globalização da cultura;

- Difundir os bens, conteúdos e valores, promovendo a interação da produção local com seus equivalentes em nível nacional e internacional;
- Estruturar e regular a economia da cultura, ampliando o mercado de trabalho na área cultural.

As diretrizes do PNC constituem-se em fortalecer o poder do Estado, proteger a diversidade cultural brasileira, universalizar o acesso à cultura, ampliar a participação do campo cultural no desenvolvimento sócio-econômico e consolidar a participação social na construção das políticas públicas de cultura. O objetivo é a implantação dessas diretrizes do PNC nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Desse modo, verifica-se que atualmente a pretensão é que o Estado assuma o papel de principal responsável pela articulação das políticas culturais, não delegando à iniciativa privada essa responsabilidade. Porém, é necessário que o Estado esteja atento para não interferir no processo de criação, adotando uma postura de dirigismo cultural sobre a produção artística. Assim, espera-se que a participação do governo se dê de forma consultiva, criando meios e projetos para fomentar a produção cultural em consonância com os interesses da sociedade, e não dos interesses de mercado ou de partidos políticos.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia pode ser considerada um meio de alcançar o objetivo através de procedimentos que traçam o caminho a ser seguido. Segundo Roesch (2009), com a definição da metodologia realiza-se uma escolha de como se pretende investigar a realidade. Para estabelecer a metodologia é necessário definir os objetivos da pesquisa, a população ou área alvo do estudo, o plano de amostragem, as técnicas de coleta de dados e o plano de análise de dados.

#### 3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA

Delineamento de pesquisa é um plano básico ou estratégia de pesquisa e consiste em tornar o problema pesquisável. Espera-se que o método adotado esteja de acordo com os objetivos da pesquisa.

Essa pesquisa será desenvolvida através de um estudo de caso, pois segundo Yin (2001), esse método é uma estratégia de pesquisa bastante abrangente, trata da lógica do planejamento, das técnicas de coletas de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos.

Roesch (2009, pág. 201) cita alguns aspectos que caracterizam o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa: “permite o estudo de fenômenos em profundidade dentro de seu contexto; é especialmente adequado ao estudo de processos e explora fenômenos com base em vários ângulos”.

O delineamento da pesquisa terá caráter descritivo e qualitativo. As pesquisas descritivas caracterizam-se freqüentemente como estudos que procuram determinar status, opiniões ou projeções futuras nas respostas obtidas. A pesquisa qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações.

O objetivo da pesquisa é, basicamente, analisar as políticas públicas culturais contidas nos planos de governo dos últimos 16 anos, elaborando uma análise

reflexiva, sem manipular os resultados, por isso optou-se por utilizar a pesquisa descritiva que visa apenas observar, registrar e analisar os fatos sem manipulá-los.

### 3.2. COLETA DE DADOS

Há diversas formas de coleta de dados. Para decidir qual forma utilizar o pesquisador deve levar em consideração as vantagens e desvantagens de cada tipo de coleta de dados e optar por aquele que oferecer menos desvantagens e for compatível com os objetivos da pesquisa.

Para realização desta pesquisa será utilizada uma pesquisa bibliográfica que, segundo Cervo e Bervian (2002), procura explicar um determinado problema através de publicações já realizadas, revestidas de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema.

Dessa maneira serão utilizados dados secundários, isto é, dados que já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados e estão catalogados à disposição dos interessados.

Assim, será realizada uma comparação entre os planos de governo. Para isso serão utilizados cinco planos de governo do período compreendido entre 1995 a 2011, além de consultas às Leis e obras publicadas por vários autores relacionadas ao assunto em questão e pesquisas na Internet.

### 3.3. PLANO DE AMOSTRAGEM

Primeiramente, é necessário rever os conceitos de população, amostra e amostragem. População é o conjunto de todos os elementos onde, cada um deles, apresenta uma ou mais características em comum, representa o universo da pesquisa. A amostra é qualquer parte de uma população. O termo amostragem refere-se ao processo (probabilístico ou não-probabilístico) pelo qual se obtém uma

amostra de uma população e deve ser realizada com técnicas adequadas para garantir a representatividade da população em estudo.

Sendo assim, o universo da pesquisa é o conjunto, neste estudo representado pelas políticas públicas culturais contidas nos planos de governo do Estado do Rio Grande do Sul nos últimos 16 anos, não existindo, portanto, amostra.

### 3.4. PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Depois de realizada a coleta dos dados será efetuada análise e interpretação dos resultados. Para Lakatos e Marconi (2007) análise é a tentativa de evidenciar a relação entre os fenômenos estudados e outros fatores e interpretação é a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo aos dados estudados, vinculando-os a outros conhecimentos.

Os dados serão retirados dos Planos de Governo de Antônio Brito, Olívio Dutra, Germano Rigotto, Yeda Crusius e Tarso Genro. Serão analisados os projetos de cada governo para o desenvolvimento da cultura no Estado (não entrando no mérito da execução) e comparados entre si a fim de verificar as principais características dos projetos ao longo do período estudado.

Essa análise será baseada, fundamentalmente, nas características propostas por Teixeira Coelho (2004) no Dicionário Crítico de Política Cultural, quais sejam:

- Legitimação: dentro desse item as políticas públicas podem ser classificadas como política do bem estar social, prática comunicacional, sentido orientador da dinâmica social e enquadramento ideológico.
- Objeto: quanto ao objeto as políticas culturais podem ser patrimonialistas ou criacionistas.
- Intervenção: as intervenções podem estar voltadas ao mercado, aos usos da cultura, à organização das áreas institucionais do circuito cultural ou alheias ao mercado.
- Ideologia: quanto ao caráter ideológico as políticas culturais são divididas em dirigismo cultural, liberalismo cultural ou democratização cultural.

A partir desse resultado se obterá um panorama representativo da situação, gerando, assim, possibilidade de comparação entre os planos e subsídios para verificar a continuidade (ou descontinuidade) das políticas públicas culturais no Estado, além de analisar se, atualmente, estão de acordo com o que se pretende praticar na área cultural.

Pretende-se analisar fontes de natureza bibliográfica que serão de fundamental importância para situar e referenciar o trabalho, além de pesquisas na internet, como os sites do ministério da cultura, da secretaria de cultura do governo estadual do Rio Grande do Sul entre outros que forem relevantes para a pesquisa. Busca-se, através da leitura, sistematização e análise destas fontes, compreender o processo de construção das políticas públicas culturais e suas características ao longo dos governos do período analisado.

#### 4. ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNO - 1995 A 2011

Neste capítulo serão analisados os planos de governo dos últimos 16 anos do Rio Grande do Sul, buscando identificar as características destacadas no referencial teórico e analisar demais aspectos relevantes para o dimensionamento da gestão pública cultural no Estado.

##### 4.1. ANTÔNIO BRITTO: MOVIMENTO RIO GRANDE UNIDO E FORTE – 1995 a 1998

“No mundo inteiro, governos têm conseguido mais dinheiro para investimento trabalhando lado a lado com a iniciativa privada. Aqui no Rio Grande também será assim”. (Britto, 1994 p. 7). Esta frase, extraída do Plano de Governo de Antônio Britto, evidencia a visão neoliberal que conduziria seus quatro anos de governo. Para o então governador a modernização do Estado passaria, invariavelmente, pelo enxugamento dos setores públicos através de demissões e privatizações, conforme confirma o trecho a seguir:

Nos dias que corre não cabe nutrir ilusões sobre a onipotência do Estado no provimento das condições necessárias ao desenvolvimento econômico e social. Ao contrário, é cada dia mais evidente que o destino das sociedades resulta do modo segundo o qual interagem e assumem responsabilidades o Governo, a iniciativa privada e as demais instituições autônomas da sociedade civil. (BRITTO, 1994 p 10)

O Plano de governo de Britto, intitulado “Diretrizes de Governo: um conjunto de idéias do candidato Antônio Britto para o Rio Grande do Sul”, mostrou-se bastante coerente nesse aspecto. No entanto, devido à orientação política da concorrência, com perfil mais de esquerda, esse assunto é tratado de maneira suavizada em seu plano de governo:

O estabelecimento da forma concreta das parcerias a serem desenvolvidas em cada caso – se simples terceirização, se concessões de serviços

públicos, se convênios interinstitucionais, se privatizações – não é matéria que possa ser definida antecipadamente, cada caso devendo, na verdade, ser equacionado individualmente. (BRITTO, 1994 p 10)

As áreas prioritárias do governo Britto, segundo o seu plano de governo, são: saúde, justiça, educação, infra-estrutura e segurança. A cultura ocupa um espaço modesto nos planos de Antônio Britto para o Estado, dividindo espaço com os planos para o turismo, voltando-se nesse aspecto para a “manifestação da cultura gaúcha” no sentido mais tradicional e regional do conceito.

Os itens abordados na área cultural na política de governo de Britto são:

- Dar suporte para que Porto Alegre seja a capital cultural do MERCOSUL;
- Apoio à produção cultural onde ela se manifesta, com incentivos a quem ajuda a cultura. Serão executados projetos específicos para recuperação do patrimônio histórico e implantação de oficinas de cultura.

Tendo em vista as características ideológicas do governo Britto, pode-se verificar que as políticas culturais quanto aos circuitos de intervenção são classificadas como políticas relativas ao mercado cultural, pois tem na atuação da iniciativa privada o principal propulsor das práticas culturais no Estado – o que, no documento analisado, pode ser verificado na alusão ao “incentivo a quem ajuda a cultura”. Sendo assim, partindo da concepção do mecenato, nota-se que as políticas de Britto possuem um caráter liberal no que diz respeito às suas perspectivas ideológicas.

Em 1996 o então Secretário da Cultura do Estado Carlos Jorge Appel cria um mecanismo de incentivo à cultura nos mesmos moldes da Lei Rouanet - a Lei de Incentivo à Cultura (LIC-RS), porém, com isenção de ICMS às empresas participantes. Essa ação confirmou os planos para o Estado presentes no programa de governo de Britto, ou seja, transferir à iniciativa privada a responsabilidade pelas ações que deveriam ser públicas. Seu próximo secretário da cultura, Nelson Boeira, aproveitou o novo mecanismo realizando shows e eventos de grandes proporções.

Confirmando a ideologia neoliberal e a dimensão sociológica de suas políticas culturais, Britto deixa evidente, em mensagem à Assembléia no final de seu governo, que a cultura foi vista como um bom negócio em seu mandato quando afirma que a função da SEDAC é administrar, em cooperação com o Conselho Estadual da

Cultura, a alocação e o controle do uso dos recursos oriundos da LIC. E ainda declara que:

As atividades culturais passaram, então, a apresentar-se como opção promissora de investimentos, de criação artístico-cultural, de geração de empregos e, conseqüentemente, de melhoria do nível de renda dos gaúchos. (BRITTO, 1999 p 217)

No programa de governo do Movimento Rio Grande Unido e Forte fica difícil identificar a legitimação e o objeto que motivaram a criação das políticas culturais, tendo em vista que o planejamento para a cultura possui apenas dois itens e não há outras menções à área cultural no documento. No entanto, na mensagem destinada à Assembléia e na menção em tornar Porto Alegre a capital cultural do MERCOSUL, é notória a procura de um sentido orientador da dinâmica social nas políticas culturais de Antônio Britto. O que se confirma através dos diversos projetos voltados à busca de uma identidade cultural, eventos internacionais, festivais com premiações e as intenções em transformar o RS em referência nacional e internacional em todas as áreas da cultura.

Quanto ao objeto, as políticas culturais de Britto não apresentam características criacionistas, pois a LIC-RS se torna uma política autoritária e excludente por não estimular a produção e uso de novas formas culturais, ao contrário, as empresas priorizam projetos já consagrados, além disso, as ações estão mais voltadas à preservação e difusão das tradições e costumes da cultura rio-grandense, podendo, portanto, ser enquadradas como patrimonialistas.

#### 4.2. OLÍVIO DUTRA: GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR – 1999 a 2002

O plano de governo de Olívio Dutra segue uma tendência ideológica anti-neoliberal, sendo crítico à postura adotada pelo governo Britto durante seu mandato, como pode ser verificado no trecho a seguir:

O neoliberalismo tem agravado o desemprego e a miséria. Milhares de pessoas estão condenadas a uma vida de necessidades no campo ou na

periferia das cidades, ocupando áreas inadequadas à habitação, como encostas de morros e áreas alagadiças. Não têm acesso à infraestrutura urbana mínima e estão excluídas do mercado de trabalho. O mundo inteiro está abandonando este modelo, em virtude das repercussões extremamente negativas que gera na sociedade como um todo, seja nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Ao contrário do que está acontecendo no mundo, o governo Britto tenta vender uma imagem no Rio Grande de que o neoliberalismo é o novo, é o vencedor. O governo Britto desfaz-se do patrimônio público e abre mão do papel regulador do Estado (DUTRA, 1998 p. 88)

Olívio (1998) reafirma essa postura ao declarar que o aparato público não é propriedade de alguém e que a comunicação com a sociedade deve permear os princípios da sua gestão, dividindo com a sociedade o legado das decisões públicas.

No âmbito da cultura fica, mais uma vez, evidente a postura anti-neoliberal da Frente Popular desde a apresentação do plano de governo, onde Olívio afirma que a cultura não pode ser concebida apenas como mercadoria, como retaliação ao governo de Antônio Britto:

Alguns, felizmente poucos, seduzidos pelo canto de sereia da mídia contemporânea, que a tudo e a todos deseja transformar em objetos, consideram a cultura um produto, algo que não se diferencia de um sabonete ou de um perfume. (DUTRA, 1998 p. 105)

Para Olívio (1998 p. 69), a cultura não pode ser considerada um objeto, uma vez que abrange sentimentos, direitos, valores “sentidos e significados que abarcam modos de vida e visões de mundo, (...), desvendamento da realidade, capacidade de hierarquização, noção de tempo e espaço: enfim, idéia de civilização”. Portanto, tomando como base seu ponto de vista, a cultura é definida na sua dimensão antropológica.

As ações propostas pela Frente Popular foram baseadas nos seguintes princípios:

- Democratização: onde todos participam do processo de criação e planejamento.
- Descentralização: todos têm acesso à cultura
- Pluralidade: idéia de diversidade
- Identidade e construção histórica

- Integração entre as regiões do RS, demais Estados do Brasil e países da América Latina
- Sistemática: políticas de longo prazo
- Excelência e Rigor para as políticas públicas culturais

Dessa forma, considerando as manifestações ideológicas de Olívio Dutra e com base em seu programa de governo, verificam-se características intervencionistas de uma política alheia ao mercado - não é lastreada pelos interesses econômicos - e relativa aos usos da cultura, pois preocupa-se em criar “condições para o surgimento de novos valores e expressões culturais locais, gerando necessidades de oficinas e mostras específicas” (Dutra, 1998 p. 72).

Com relação à legitimação das propostas da Frente Popular para a cultura, nota-se que estão baseadas na lógica do bem-estar social, pois encaram a cultura como uma complementação do ser humano, como fica evidente quando mencionam: “vemos na cultura o bem maior da cidadania, o espaço onde o ser humano melhor se realiza, o espaço onde o homem torna-se sujeito de seu próprio fazer histórico” (Dutra, 1998 p. 105).

Ainda com relação à legitimação das políticas culturais do governo Olívio, constata-se que estão lastreadas pela prática comunicacional, tendo em vista sua preocupação com a opinião da comunidade cultural e a democratização da cultura, como se constata no trecho abaixo:

(...) Esse diálogo deve se materializar em ações específicas em conjunto com a sociedade civil, sindicatos, universidades, empresariado, comunidade cultural, constituindo pólos regionais de cultura, vinculados às regiões do Orçamento Participativo. - Realizar a I Conferência Estadual de Cultura, foro amplo, permanente, com representação dos pólos regionais para o debate sobre diretrizes e políticas públicas relativas a ações culturais no Rio Grande do Sul. (DUTRA, 1998 p. 72)

Entre as estratégias previstas para consolidar a democratização cultural, Olívio propôs, como alternativa a LIC-RS, que só privilegiava grandes eventos, a criação do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) como um instrumento de financiamento a projetos menores, de baixo custo, inovadores e de artistas menos conhecidos. Além disso, deixa claro em seu discurso que a cultura é um bem que deve ser

acessado por todos e as decisões devem ser tomadas em conjunto com a comunidade cultural.

Analisando as políticas para a cultura elaboradas pela Frente Popular, verifica-se que possuem um caráter criacionista, pois tendem a privilegiar as novas formas de cultura, estimulando, assim, a criação de novos públicos.

Se a arte é um valor, uma idéia civilizatória que confere sentido à vida e por isso mesmo é essencial no cotidiano e na cidadania das pessoas, cabe ao poder público proporcionar condições para que a criatividade venha a tona da melhor maneira possível. A ousadia e o imaginário precisam de cultivo (DUTRA, 1998 p. 71)

#### 4.3. GERMANO RIGOTTO: UNIÃO PELO RIO GRANDE – 2003 a 2006

Germano Rigotto apresenta sua candidatura como uma alternativa ao Estado aos impasses políticos evidenciados na época entre “brittistas” e “petistas”. Segundo Rigotto expõe em seu Plano de Governo, o principal problema dessa falta de consenso político é a descontinuidade administrativa gerada por rupturas nos programas de governo e antagonismos radicais.

Baste neste momento simplesmente afirmar o ponto fundamental do qual arranca a candidatura Rigotto: a necessidade urgente de criar uma nova maioria, de restabelecer na cena política rio-grandense a prevalência da centro-esquerda, hoje abafada por uma polarização entre esquerda e direita que distorce e falseia os sentimentos políticos mais firmes e profundos dos gaúchos. (RIGOTTO, 2002 p. 8)

O Plano de Governo de Rigotto prioriza o desenvolvimento econômico do Estado gaúcho através de ações sociais, obras de infra-estrutura e regularização das contas públicas. No âmbito social prevê ações prioritárias para as áreas da saúde, segurança pública e educação.

Rigotto não apresenta propostas para a área cultural em seu programa de governo, porém em sua primeira mensagem à Assembléia é possível verificar a busca por uma identidade étnica da cultura gaúcha, tendo em vista a articulação com organismos nacionais e internacionais, visando, entre outras coisas, a

coordenação de ações junto às comissões de etnias italiana, alemã, judaica, afrodescendentes e indígena.

Ainda dentro dessa idéia, Rigotto (2004) enfatiza que a principal atribuição da Secretaria da Cultura é “resgatar, fomentar, valorizar e preservar os valores culturais do povo gaúcho”; afirmação que denotaria uma dimensão antropológica ao seu significado de política cultural.

Assim sendo, as políticas culturais implantadas em seu governo apresentam um caráter patrimonialista, tendo em vista a preocupação com a preservação, o fomento e a difusão de tradições culturais.

O governo Rigotto baseou suas políticas culturais nas leis de mercado, tendo em vista a previsão de continuidade da Lei de Incentivo à Cultura apoiando grandes projetos, sendo, portanto, alicerçada na prática do liberalismo cultural, ou seja, o apoio à cultura fica na dependência da iniciativa privada. O projeto de construção do Multipalco do Theatro São Pedro é um exemplo dessa parceria com as instituições privadas do governo Rigotto, pois no seu início contava com o patrocínio/apoio de dezessete grandes empresas.

Seu secretário da cultura Roque Jacoby aprovou a Lei Bernardo de Souza que ampliou a Lei de Incentivo a Cultura e, ao mesmo tempo, foi acusado de fraude na aplicação dos recursos da Lei, da qual foi absolvido.

#### 4.4. YEDA CRUSIUS: RIO GRANDE AFIRMATIVO – 2007 a 2010

Yeda Crusius foi a primeira mulher a governar o Estado gaúcho. Sua proposta de governo inicia com a indicação de “um novo jeito de governar” a partir de características como responsabilidade, transparência e determinação. Para a ex-governadora os problemas do estado, que são históricos e estruturais e não podem ser creditados a governos anteriores, devem ser enfrentados com capacidade e coragem.

O nosso Rio Grande do Sul de há muito assiste a repetição e o agravamento de problemas que impedem um maior desenvolvimento da

economia e o crescimento da qualidade de vida de nossa gente. É preciso não só identificar corretamente tais problemas mas, sobretudo, ter a capacidade e a coragem para enfrentá-los. (CRUSIUS, 2006 p. 2)

No campo cultural, Yeda trata o conceito de cultura dentro de uma concepção sociológica, tendo em vista que aborda em seu plano de governo uma visão mais profissionalizante da cultura, num âmbito mais especializado através de um circuito organizacional. A partir desse ponto de vista pode-se dizer que as políticas culturais do governo Yeda, quanto aos circuitos de intervenção estão mais voltadas para a organização das áreas institucionais do circuito cultural. As maiores partes das propostas apresentadas são de cunho administrativo, tanto de reorganização da Secretaria da Cultura e outros órgãos, quanto de criação de novas instituições voltadas ao setor.

O compromisso do nosso governo é com o fortalecimento, profissionalização e modernização da Secretaria da Cultura. É preciso obter ganhos de agilidade e eficiência que nos permitam atender melhor às exigências da comunidade e elevar a auto-estima e a motivação do corpo técnico e funcional da Secretaria. (CRUSIUS, 2006 p. 51)

O Plano ainda prevê o aperfeiçoamento da LIC-RS e o fortalecimento do Fundo de Apoio à Cultura como instrumentos estratégicos de incentivo à cultura. Porém o caráter ideológico do programa prevê autonomia ao desenvolvimento cultural quando ressalta: “não estimular a eterna dependência do setor em relação ao Estado” (CRUSIUS, 2006 p. 51). Yeda ainda critica o dirigismo cultural que se traduz em “doutrinação ideológica”, segundo ela esse comportamento agride o direito de escolha das pessoas. Essas características conferem um caráter liberal na formulação das políticas culturais do governo Yeda.

Apesar dessa atitude liberal presente no Plano de Governo, Yeda faz referência ao estímulo à educação cultural que prevê a formação de público e a qualificação da demanda cultural, aperfeiçoando, assim, o gosto cultural e estético da população. Além da preocupação com a formação de público, está presente em suas propostas o fomento aos novos artistas, intelectuais e escritores, denotando, assim, uma idéia criacionista em seu programa.

Desenvolvimento cultural pressupõe a existência de criadores e empreendedores culturais, que ajam fora da tutela do Estado, mas por que

por ele sejam incentivados. O fomento ao aparecimento de novos artistas, intelectuais e escritores pode se dar tanto via crédito e apoio direto do Estado quanto via premiações e eventos que alcem ao reconhecimento público os responsáveis pela criação e difusão da cultura. (CRUSIUS, 2006 p. 51)

Com relação à legitimação das políticas culturais de Yeda, fica difícil afirmar com certeza qual a predominância, pois suas idéias expostas no seu Plano de Governo não apresentam características marcantes de nenhum dos elementos estudados, porém pode-se verificar uma tendência à busca de um sentido orientador da dinâmica social, tendo em vista que critica governos que impõe sua ideologia sob o pretexto de cultura e propõe que os indivíduos façam suas escolhas “estéticas, intelectuais e artísticas” (CRUSIUS, 2006 p. 51).

Monica Leal foi a representante da cultura no governo Yeda. Sua gestão criou certo desconforto entre a comunidade cultural e o governo, tendo em vista que sua descendência política não advinha da área cultural. Monica, em entrevista à Zero Hora, defende que sua política cultural não foi notada, porque precisou colocar a “casa em ordem”, fazendo a economia interna da secretaria sua principal prioridade.

#### 4.5. TARSO GENRO: UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE – 2011 a 2014

Para o então governador, Tarso Genro (2010) o Rio Grande do Sul precisa acompanhar o desenvolvimento nacional através de ações que garantam a “participação da sociedade, a promoção da justiça e da inclusão social, o fomento ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável”. Esta idéia fica clara na apresentação do seu Plano de Governo quando afirma que o RS “pode e deve acompanhar o novo ciclo de crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza que o Brasil tem experimentado nos últimos anos” (GENRO, 2010 p. 2).

Tarso vê na diversidade cultural do Estado gaúcho uma oportunidade de crescimento econômico e social, bem como fator que qualifica e desenvolve a dinâmica social, assumindo a dimensão sociológica da sua política cultural.

É geradora de oportunidades no campo econômico, contribuindo cada vez mais com a geração de emprego e renda, principalmente aos mais jovens. (...) Nossa política cultural deverá ter um caráter indutor da economia da cultura, criando condições para a sustentabilidade das práticas culturais assim como dos grupos, pequenas empresas, cooperativas e associações de produtores e criadores culturais. (GENRO, 2010 p. 46)

O programa de Tarso prevê ainda os 13 Pontos para a Cultura. Dentre eles está a convocação para uma grande Conferência Estadual e Regional de Cultura, onde serão debatidos os planos de metas e ações para a área, evidenciando a preocupação com prática comunicacional com a comunidade cultural. Além disso, ainda prevê a criação de um Sistema Estadual de Cultura que congrega conselhos, planos e fundos municipais com ampla participação da sociedade nas decisões políticas culturais.

Ainda com relação à legitimação das políticas culturais, nota-se no programa de Tarso uma tendência à busca pela identidade da cultura gaúcha e seu reconhecimento no contexto nacional, conforme pode ser verificado no trecho a seguir:

É preciso, também, reposicionar a cultura gaúcha no cenário nacional e internacional, romper com a posição provinciana e isolada em que o RS hoje se encontra. (...) Para um Estado que abrigou de forma pioneira o Fórum Social Mundial, é fundamental desenvolver um programa de intercâmbio que, não apenas humaniza, mas complementa e amplia trocas econômicas e simbólicas. . (GENRO, 2010 p. 46)

Os planos de Tarso ainda idealizam a reforma da Lei de Incentivo à Cultura – RS (LIC-RS), tornando o processo mais transparente, democrático e acessível, porém não deixou de utilizá-lo como instrumento de fomento à cultura. Além disso, ainda menciona a implementação do Fundo de Apoio à Cultura como alternativa às pequenas manifestações culturais, tendo em vista que a LIC-RS não atinge essa classe.

Quanto às ideologias, apesar de conservar a Lei de Incentivo, as políticas culturais do governo Tarso, em consonância com o que dita as diretrizes da Frente Popular, são permeadas pela democratização cultural, sendo que prevê uma gestão democrática para o seu governo, com a construção das políticas culturais em conjunto com a comunidade.

Com relação ao caráter intervencionista das práticas culturais de Tarso, verifica-se nos 13 Pontos para a Cultura que as principais ações estão voltadas para a organização dos circuitos culturais, como a reestruturação da Secretaria da Cultura, a qualificação dos espaços públicos de cultura e a implantação dos 500 pontos de cultura.

O Plano de Governo de Tarso Genro (2010) almeja ainda fomentar a “criação, formação e profissionalização de artistas e gestores da área cultural”, evidenciando, dessa forma uma tendência criacionista nas práticas culturais do atual governo, no que se refere ao objeto das políticas culturais da Frente Popular.

## 5. ANÁLISE COMPARATIVA DOS PLANOS DE GOVERNO

Neste capítulo as principais características dos Planos de Governo apresentados serão agrupadas em tabelas e comparadas entre si, a fim de se obter um panorama representativo da situação da cultura no Rio Grande do Sul. Cabe salientar que as classificações foram realizadas com base nas principais tendências verificadas nos Planos de Governo, não descartando, portanto, a possibilidade de haver outras classificações (não mencionadas neste trabalho) nos programas de governo.

### 5.1. CLASSIFICAÇÃO QUANTO ÀS DIMENSÕES DA CULTURA

Segundo Botelho (2001), as políticas públicas culturais são classificadas em duas dimensões: antropológica e sociológica. Assim sendo, as propostas para a cultura no Estado gaúcho nos últimos dezesseis anos são classificadas da seguinte forma:

<b>Governador</b>	<b>Período</b>	<b>Dimensão</b>
Antônio Britto	1995 - 1998	Sociológica
Olívio Dutra	1999 - 2002	Antropológica
Germano Rigotto	2003 - 2006	Antropológica
Yeda Crusius	2007 - 2010	Sociológica
Tarso Genro	2011 - 2014	Sociológica

Tabela 1: Dimensões das Políticas Culturais  
Fonte: Autora

A dimensão sociológica verificada nos planos de Antônio Britto para a cultura fica evidente quando a cultura é tratada como negócio, num âmbito mais profissionalizado. O mesmo ocorre com o programa de Yeda e pode ser verificado na sua preocupação com a organização das instituições culturais. O governo Tarso também aborda a cultura na dimensão sociológica, pois vê na cultura uma

oportunidade de crescimento econômico do Estado. Sendo assim, Britto, Yeda e Tarso encaram as políticas culturais num âmbito mais especializado, com demandas profissionais, institucionais, políticas ou econômicas.

Já para Olívio Dutra, as políticas culturais passam pela interação social e pelos valores dos indivíduos, denotando, assim, um caráter antropológico da cultura. No governo Rigotto, a preocupação com a busca pela identidade étnica e a valorização e preservação da cultura gaúcha demonstram a busca pelas origens regionais do povo, revela o caráter antropológico de suas políticas culturais.

Embora seja difícil uma política cultural atingir as dimensões antropológicas, esta é tratada “como a mais nobre, já que é identificada como a mais democrática”, sendo, portanto, muito utilizada no discurso político e, muitas vezes, acaba ficando apenas no plano da retórica (BOTELHO, 2001 p. 75).

## 5.2. CLASSIFICAÇÃO QUANTO ÀS PERSPECTIVAS IDEOLÓGICAS

De acordo com a revisão teórica, segundo Coelho (2004) as perspectivas ideológicas de uma política pública podem ser classificadas em dirigismo cultural, liberalismo cultural e democratização cultural. Na análise realizada pode-se constatar que as políticas públicas culturais propostas no Rio Grande do Sul são classificadas da seguinte maneira:

<b>Governador</b>	<b>Perspectivas Ideológicas</b>
Antônio Britto	liberalismo cultural
Olívio Dutra	democratização cultural
Germano Rigotto	liberalismo cultural
Yeda Crusius	liberalismo cultural
Tarso Genro	democratização cultural

Tabela 2: Perspectivas ideológicas

Fonte: Autora

Diante dessa perspectiva conclui-se que os programas de governos de Britto, Yeda e Rigotto enquadram-se nas práticas do liberalismo cultural, uma vez que

atribui à iniciativa privada a responsabilidade pela promoção da cultura. Conforme Coelho (2004 p. 299) a prática liberal abrange as políticas favoráveis ao mecenato:

Entre seus subtipos estão as políticas culturais adeptas do mecenato liberal: o apoio à cultura fica na dependência maior da iniciativa privada ou de fundações privadas ou semiprivadas das quais o poder público pouco participa. (...) O objetivo é um só: enquadrar a cultura nas leis de mercado.

Essa prática fica evidente nos três planos quando percebemos em seus discursos a transferência da responsabilidade do Estado para a Lei de Incentivo à Cultura (LIC-RS), contando, assim, com o apoio de empresas e instituições privadas para desenvolver a cultura no Estado, conforme segue:

- Governo Britto: A LIC-RS foi criada durante o governo Britto, evidenciando, assim sua posição ideológica.
- Governo Yeda: Yeda objetivava livrar as políticas culturais da “eterna dependência do Estado”.
- Governo Rigotto: Rigotto, por sua vez, apoiou grandes projetos através da Lei de Incentivo à Cultura, começando pela construção do Multipalco do Theatro São Pedro.

Tarso e Olívio também apresentaram alguns traços de liberalismo cultural em seus planos de governo, uma vez que preservam as Leis de Incentivo tais como foram criadas, porém prevêm reformas na LIC-RS, prometendo transformá-la em uma política mais democrática e transparente. Além disso, ambos mencionam a criação ou implantação do Fundo de Apoio a Cultura. Além disso, baseiam suas políticas na construção coletiva, buscando a participação efetiva da sociedade na construção das iniciativas culturais, demonstrando características mais marcantes de democratização cultural em seus planos de governo.

### 5.3. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À LEGITIMAÇÃO

A legitimação para a formulação das políticas públicas culturais é baseada em quatro paradigmas, tais como, lógica do bem-estar social, procura de um sentido

orientador da dinâmica social, enquadramento ideológico e baseada na necessidade de uma prática comunicacional. Entre os planos de governo analisados ficou evidenciado um ou dois paradigmas em cada programa, conforme pode ser verificado na tabela seguir:

<b>Governador</b>	<b>Legitimação</b>
Antônio Britto	sentido orientador da dinâmica social
Olívio Dutra	bem-estar social/prática comunicacional
Germano Rigotto	sentido orientador da dinâmica social
Yeda Crusius	sentido orientador da dinâmica social
Tarso Genro	prática comunicacional/sentido orientador da dinâmica social

Tabela 3: Legitimação  
Fonte: Autora

Com exceção do Plano de Governo de Olívio Dutra, em todos os demais programas constata-se mais claramente a busca pelo sentido orientador da dinâmica social. Não se verifica um caráter muito intervencionista nas iniciativas culturais, porém percebe-se a busca por uma identidade étnica, nacional ou outra nos quatro programas de governos analisados, quais sejam, Britto, Rigotto, Yeda e Tarso.

No projeto de Tarso ainda nota-se a prática comunicacional entre as legitimações das iniciativas culturais, tendo em vista sua preocupação com a opinião pública para a formulação dessas políticas, prática comum aos governos da Frente Popular, tendo em vista que essa característica também pode ser encontrada nos planos de Olívio. Na busca pelo trabalho conjunto com a comunidade cultural, Olívio Dutra (1998 p. 69) afirma que “a gestão popular da cultura supõe diálogo permanente com a comunidade cultural através de suas entidades”.

A prática do bem-estar social é, também, uma característica que pode ser encontrada no planejamento de Olívio Dutra, tendo em vista que este considera a cultura um bem essencial para a complementação do ser humano e entende que uma política cultural deficitária compromete a dinâmica social como um todo. Sendo assim, Olívio demonstra em seu plano de governo que atribui à cultura a importância das demais áreas prioritárias, não deixando-a relegada a um segundo plano.

#### 5.4. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS CIRCUITOS DE INTERVENÇÃO

Quanto aos circuitos de intervenção as políticas culturais podem ser classificadas em relativas ao mercado, alheias ao mercado, relativas aos usos da cultura e, por fim, relativas às instâncias institucionais de organização dos circuitos culturais. Conforme análise dos programas de governo verifica-se a seguinte classificação:

<b>Governador</b>	<b>Circuitos de Intervenção</b>
Antônio Britto	relativas ao mercado cultural
Olívio Dutra	alheia ao mercado/usos da cultura
Germano Rigotto	relativas ao mercado cultural
Yeda Crusius	organização dos circuitos culturais
Tarso Genro	organização dos circuitos culturais

Tabela 4: Circuitos de Intervenção

Fonte: Autora

Analisando os programas de governo constata-se em todos eles uma tendência às ações voltadas ao mercado cultural, tendo em vista a criação e manutenção da LIC-RS, com suas características excludentes e que beneficiam apenas os eventos consagrados. Porém, percebe-se isso mais claramente nos planos de Britto e Rigotto, onde as principais ações são voltadas ao mercado cultural, através de incentivos fiscais para a cultura.

Olívio Dutra critica esse posicionamento em seu plano, evidenciando, assim, uma prática alheia ao mercado, porém, apesar da criação do Fundo de Apoio à Cultura, os principais eventos culturais continuaram sendo incentivados pela iniciativa privada. Além disso, Olívio voltou suas principais ações aos usos da cultura, uma vez que se preocupou com a criação de requisitos essenciais para que a cultura emergisse na sociedade.

Yeda e Tarso tiveram seus planos mais voltados para a organização “da casa”, uma vez que voltaram seus projetos para a organização dos sistemas e instituições administrativas do campo cultural. Nos planos de Tarso isso se evidencia através da criação dos 13 pontos para a cultura que visam reestruturar os espaços

culturais; já Yeda deixa claro essa intenção ao afirmar que a força criativa dos artistas gaúchos não vigora devido à incapacidade institucional e empresarial a ela articulada, sendo, portanto necessário a profissionalização das áreas da cultura.

## 5.5. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO OBJETO

Com relação ao objeto das políticas culturais, existem duas classificações possíveis: uma patrimonialista e uma criacionista. Nos programas analisados verificou-se a seguinte situação:

<b>Governador</b>	<b>Objeto</b>
Antônio Britto	patrimonialista
Olívio Dutra	criacionista
Germano Rigotto	patrimonialista
Yeda Crusius	criacionista
Tarso Genro	criacionista

Tabela 5: Objeto  
Fonte: Autora

Britto e Rigotto apresentam caráter patrimonialista quanto ao objeto de suas políticas públicas culturais, ou seja, ambos demonstram em seus projetos uma preocupação com a preservação, difusão e fomento das tradições e costumes da cultura gaúcha e não mencionam incentivos a novas manifestações culturais ou formas de cultura.

Olívio, Yeda e Tarso que apresentaram uma característica criacionista em seus planos, isto é, demonstraram um direcionamento voltado para a formação de novas formas de cultura, tanto pela formação de público, como no caso de Yeda, como pelo estímulo aos artistas, gestores e intelectuais, como no caso de Tarso e Olívio.

Outra noção elementar é a condição autônoma e libertária da arte, enigma propulsor da instigação e da auto-superação. Através do desenvolvimento da arte e da cultura os sentidos se agudizam e as pessoas se descobrem sujeitos criadores capazes de andar adiante do limite (OLÍVIO, 1998 p. 69).

Estabelecer novos programas de fomento a criação, formação e profissionalização de artistas e gestores das mais diferentes áreas: no teatro, na dança, no circo, nas artes visuais, no audiovisual, na música, na literatura, na memória e patrimônio, no hip hop, no artesanato, além e dos novos campos da criação (TARSO, 2010 p. 47).

O estímulo à educação cultural é a melhor maneira de formar público e qualificar a demanda cultural, aproximando novos públicos aos museus, cinemas e teatros como alternativa ao entretenimento tradicional e criar oportunidades plurais de aperfeiçoamento do gosto cultural e estético de amplas camadas da população. Ao mesmo tempo, construir programas de inclusão social associados ao fazer cultural termina por estimular a criação de grupos artísticos em comunidades carentes e por incentivar a criação de oportunidades de trabalho na área cultural (YEDA, 2006 p. 51)

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho verificaram-se as principais características das políticas culturais praticadas no Rio Grande do Sul de 1995 a 2011, por meio da análise dos Planos de Governo desse período. Ressalta-se que a análise foi limitada aos planos de governo, ou seja, não entrou no mérito das ações efetuadas, dos programas realizados e das metas atingidas, mas deteve-se à expressão dos desejos dos governantes, muitas vezes limitados por disputas e por conveniências na sua apresentação. Pode-se perceber também, através do relato histórico e das análises realizadas, que a cultura passa por um momento diferenciado em todo o país.

Constata-se, atualmente, uma preocupação maior com o planejamento das questões culturais em todas as esferas de poder. As Leis de Incentivo estão sendo repensadas, uma vez que costumam contemplar apenas grandes eventos e privilegiar um público selecionado. Hoje em dia, espera-se que as políticas culturais estejam voltadas para a sociedade civil, levando a cultura onde a sociedade estiver, e que sejam construídas através da interação entre os governantes e a comunidade cultural, visando atender as reais necessidades dessa comunidade, proporcionando, assim, um verdadeiro avanço social. No Rio Grande do Sul essa idéia está sendo construída ao longo do tempo.

Apesar de terem sido utilizadas nessa análise características atreladas às ideologias partidárias, não é oportuno entrar no mérito dessa conveniência, mesmo porque os objetivos das políticas públicas culturais, como se espera hoje em dia, ultrapassam questões partidárias e ideológicas, uma vez que necessitam de continuidade de seus processos para que vigorem. Porém, as idéias que norteiam os governantes influenciam muito na evolução desse processo. O Estado gaúcho teve, ao longo desses anos, diferentes tipos de governantes, com pensamentos e orientações distintos, porém todos construíram de alguma forma a situação que se apresenta atualmente, no campo da cultura, no Rio Grande do Sul.

Entre outras ações destacam-se as seguintes: na gestão de Antônio Britto foi criada a Lei de Incentivo à Cultura do Estado; seu sucessor Olívio Dutra implantou

Fundo de Apoio à Cultura, buscando democratizar os recursos disponíveis; Germano Rigotto aprovou a ampliação da Lei de Incentivo à Cultura; o governo de Yeda foi marcado pela organização dos espaços destinados à cultura, tanto administrativamente como financeiramente; Tarso Dutra, atual governador do Estado Gaúcho, propõe que o Estado acompanhe o crescimento nacional e vê na cultura um propulsor dessa idéia, buscando por meio da implantação dos 13 Pontos para a Cultura atingir esse objetivo.

Devido às diferentes características verificadas nos Planos de Governo analisados verifica-se que as políticas culturais pensadas para o Rio Grande do Sul não evoluíram em um ritmo constante. Porém, apesar dessa evidência de descontinuidade das políticas culturais, fica impossível afirmar com convicção essa hipótese; tendo em vista à constituição dessa análise, a qual foi baseada em características que se vinculam aos diferentes pensamentos ideológicos dos partidos políticos que se alternaram no poder do Estado Gaúcho, sendo, portanto, evidente que nesse aspecto não haja continuidade das idéias. Para efetuar tal análise seria necessário entrar no âmbito do que realmente foi executado, num plano mais operacional e administrativo, dos impactos que tais ações causaram na sociedade, na mídia e em outros envolvidos e de como os governantes lidaram com essas questões.

O histórico da construção das políticas culturais e a pouca importância dada ao campo cultural demonstram a relevância da implantação das diretrizes do Plano Nacional de Cultura. Por mais que tenha ocorrido uma alternância de pensamentos ideológicos no Rio Grande do Sul ao longo desses anos, atualmente ressalta-se uma preocupação do governo do Estado com o alinhamento das políticas culturais estaduais às estratégias do governo federal e municipal. Esse alinhamento atinge os objetivos propostos pelo Plano Nacional de Cultura.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade da participação efetiva do Estado na formulação e execução das políticas públicas culturais, sem, portanto, interferir no processo criativo. Dessa forma, convém aos governantes buscar sempre a participação da comunidade na construção das políticas, tendo em vista que as ações devem ser voltadas para as reais necessidades da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Adriana Pereira. AGEPEL: Políticas Públicas de Cultura no Estado de Goiás – um intelectual no poder (1999 - 2006). Goiânia, 2010.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. São Paulo em Perspectiva Vol. 15 nº 2 São Paulo 2001.

BRASIL. Lei 12.343, 02 de dezembro de 2010. Plano Nacional de Cultura. Brasília, DF, 02 dez 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em: 07 mar 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, aparelho do Estado e sociedade civil. Brasília: ENAP, 1995.

BRITTO, Antônio. Diretrizes de Governo: um conjunto de idéias do candidato Antônio Britto para o Rio Grande do Sul. Plano de Governo: 1995 a 1998. Porto Alegre, 1994 disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br/> acessado em 20 de Mar de 2012.

\_\_\_\_\_. Mensagem à Assembléia Legislativa. Porto Alegre, 1999 <http://www.seplag.rs.gov.br/> acessado em 20 de Mar de 2012.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural. Cultura e imaginário. 3a. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

COSTA, Cleisemery Campos da. História, Cultura e Gestão: do MEC ao MINC. In Políticas culturais : reflexões e ações / organização de Lia Calabre. – São Paulo : Itaú Cultural ; Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. Brasília: UAB, 2009. Florianópolis: UFSC, 2009.

CRUSIUS, Yeda Rorato. Plano de Governo: 2007 a 2010. Porto Alegre, 2006 disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br/> acessado em 20 de Fev de 2012.

DUTRA, Olívio de Oliveira. Proposta de Governo da Frente Popular: candidatura Olívio Dutra - 1998. Porto Alegre, 1998 disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br/> acessado em 20 de Fev de 2012.

ESTEVAM, Dimas de O. A Contínua Descontinuidade Administrativa e de Políticas Públicas. II Seminário das Ciências Sociais Aplicadas Área 11 – Estado e Políticas Públicas, 2010.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Tese de doutorado da PUCPR, 1997.

GAMEIRO, Rodrigo; CARVALHO, Cristina Amélia de. As políticas públicas de cultura do governo Lula e a intrigante inspiração discursiva nos movimentos culturais: a ilustração do movimento Mangubeat. VI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – VI ENECULT, UFBA - Bahia, 2010.

GENRO, Tarso Fernando Herz. Programa de Governo. Porto Alegre, 2010 disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br/> acessado em 20 de Fev de 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Administração da FGV, 2006.

OLIVEIRA, Rafael Pereira; SILVA, Rosimeri Carvalho. Um Estudo das Políticas Públicas Culturais Praticadas em Santa Catarina (1987 – 2002). III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – III ENECULT, UFBA - Bahia, 2007.

RIGOTTO, Germano Antônio. Diretrizes para o Governo. Porto Alegre, 2002 disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br/> acessado em 20 de Fev de 2012.

\_\_\_\_\_. Mensagem à Assembléia Legislativa. Porto Alegre, 2004 <http://www.seplag.rs.gov.br/> acessado em 20 de Mar de 2012.

ROESH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009

RUA, Maria das Graças et al. Políticas Públicas. Brasília: UAB, 2009. Florianópolis: UFSC, 2009.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Públicas Culturais entre o possível e o impossível. II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – II ENECULT, UFBA - Bahia, 2006.

SARAVIA, Enrique. Política e estrutura institucional do setor cultural na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. In: MOISÉS, J. A. et al. Cultura e democracia. Rio de Janeiro: Ed. Fundo Nacional de Cultura, 2001.

SCHMITTER, Phillip. Reflexões sobre o conceito de Política. In: RUA, Maria das Graças et al. Políticas Públicas. Brasília: UAB, 2009. Florianópolis: UFSC, 2009.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Entrevista Monica Leal: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2010/03/secretaria-do-estado-da-cultura-coleciona-controversias-2829980.html> acessado em 18 de mar de 2012